

Índice Geral

Doutrina

A controvérsia sobre os créditos trabalhistas na recuperação judicial das empresas.

1. Introdução: A distinção entre a sucessão trabalhista nos casos de falência e recuperação judicial e a sua *mens legis*. 2. A decisão do STF sobre a constitucionalidade do art. 141 da Lei n. 11.101/2005. 3. A interpretação e aplicação aos casos concretos. 4. Considerações finais

15

Certidão extrajudicial de dívida trabalhista: proposta e perspectiva de garantia do crédito trabalhista.

1. Importância do tema. 2. A certidão de crédito emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego: particularidades, limitações e perspectivas. 2.1. Das certidões expedidas pelas SEMUR. 2.2. O problema da quantificação e individualização do débito salarial pela Inspeção do Trabalho. 2.3. Das certidões expedidas no âmbito dos processos administrativos fiscais. 2.4. A integração da Inspeção do Trabalho com o Sistema de Relações do Trabalho do MTE. 3. Projeto de lei do TST/Jucá. 4. Adequação da certidão positiva no ordenamento jurídico

29

Audiências de conciliação na execução trabalhista: considerações teóricas e proposições práticas.

1. Introdução. 2. Referenciais normativos básicos da conciliação trabalhista. 3. O diálogo como fator de efetividade em todas as fases processuais. 3.1. Fase cognitiva. 3.2. Fase recursal. 3.3. Fase liquidatória. 3.4. Fase executiva. 4. O ambiente processual das audiências. 4.1. Características da audiência realizada na fase cognitiva. 4.2. Características da audiência realizada na fase executiva. 5. Audiências de conciliação na execução trabalhista. 5.1. Embasamento legal específico. 5.2. Sugestão prática de procedimento. 6. Conclusões. 7. Referências bibliográficas.

38

Garantia provisória de emprego da gestante no contrato de experiência.

1. Introdução.

2. Do contrato de experiência. 3. Estabilidade e garantia de emprego. 3.1. Garantia de emprego da gestante. 4. Garantia provisória de emprego da gestante no contrato de experiência. 5. O nascituro e o direito à vida. 6. Conclusão. 7. Referências bibliográficas

50

Princípios constitucionais do direito do trabalho: relevância e aplicabilidade, rediscutindo paradigmas.

1. Introdução. 2. Princípios jurídicos: conceito e funções. 3. Princípios constitucionais de direito do trabalho. 3.1. Princípios constitucionais gerais de direito material do trabalho. 3.1.1. Da dignidade da pessoa humana. 3.1.2. Princípio da valorização do trabalho humano. 3.1.3. Princípio da justiça social. 3.1.4. Princípio da submissão da propriedade à sua função social. 3.1.5. Princípio de não discriminação. 3.2. Princípios constitucionais específicos de direito material do trabalho. 3.2.1. Princípio da norma mais favorável. 3.2.2. Princípio da continuidade da relação de emprego. 3.2.3. Princípio da irredutibilidade salarial. 3.3. Princípios constitucionais do direito ambiental do trabalho. 3.3.1. Princípio do desenvolvimento sustentável. 3.3.2. Princípio do poluidor-pagador. 3.3.3. Princípio da prevenção. 3.3.4. Princípio da participação. 3.3.5. Princípio da ubiquidade. 3.3.6. Conexão entre o princípio da prevenção (direito ambiental) e o princípio da proteção (direito do trabalho). 3.4. Princípios constitucionais do direito processual aplicáveis ao direito processual do trabalho. 3.4.1. Princípio do devido processo legal (*due process of law*). 3.4.2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. 3.4.3. Princípio do contraditório e da ampla defesa. 3.4.4. Princípio do juiz ou do promotor natural. 3.4.5. Princípio da motivação das decisões judiciais. 3.4.6. Princípio da publicidade dos atos processuais. 3.4.7. Princípio da vedação da prova ilícita. 3.4.8. Princípio do duplo grau de jurisdição. 3.4.9. Princípio da duração razoável

do processo. 4. Aplicabilidade dos princípios constitucionais no direito do trabalho. 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas	62	pensão. 2.1. Constituição de um capital. 2.2. Inclusão em folha de pagamento. 2.3. Fiança bancária ou garantia real. 3. Ressarcimento das despesas futuras com tratamento. 4. Exoneração da pensão. 5. Ação revisional de pensão. 6. Da competência para as ações revisional e de exoneração. 7. Ação regressiva do devedor solidário. 8. Conclusão	117
Eficiência e segurança jurídica: uma crítica à vinculação decisória a partir do método de Karl Popper. 1. Introdução. 2. A uniformização de jurisprudência e suas razões. 3. Linhas gerais do pensamento de Karl Popper e sua aplicação no direito. 4. O fenômeno da mutação constitucional. 5. Uma crítica à súmula vinculante. 6. Eficiência e adesão aos precedentes majoritários de argumentação. 7. Conclusões. 8. Referências bibliográficas	80	A opinião pública e o Poder Judiciário: o tempo do direito e o tempo da comunicação. 1. Introdução: a opinião pública. 2. A comunicação do direito. 3. O tempo da comunicação do direito. 4. Os juizes e o tempo. 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas	126
O direito diretivo: a necessária revisão da dogmática acerca dos poderes do empregador à luz da teoria dos direitos fundamentais. 1. Introdução. 2. A teoria dos direitos fundamentais. 2.1. O advento do pós-positivismo. 2.2. A teoria dos direitos fundamentais na obra de Robert Alexy. 2.2.1. Considerações iniciais. 2.2.2. O conceito de norma de direito fundamental. 2.2.3. A estrutura das normas de direito fundamental. 2.2.4. A lei do sopesamento ou lei da ponderação. 2.2.5. O sistema de posições jurídicas fundamentais. 2.2.5.1. Direitos a algo. 2.2.5.2. Liberdades. 2.2.5.3. Competências. 2.2.5.4. O direito fundamental completo. 2.2.6. A restrição a direitos fundamentais. 3. A necessária revisão da dogmática acerca dos denominados “poderes” do empregador. 3.1. As teorias da relação de emprego e a natureza dos “poderes” exercidos pelo empregador. 3.2. Os fundamentos dos “poderes” do empregador. 3.3. Por uma nova compreensão dos denominados “poderes” do empregador: o direito diretivo. 3.4. Direitos fundamentais do empregado como restrições ao direito diretivo. 4. Conclusões. 5. Referências bibliográficas	92	Reflexões filosóficas sobre a neutralidade e imparcialidade no ato de julgar e o projeto do novo Código de Processo Civil. 1. Introdução. 2. Sobre a essência humana do processo. 3. Neutralidade e imparcialidade — distinção necessária. 3.1. Os signos “neutralidade” e “imparcialidade”. 3.2. “Neutralidade” — a perspectiva filosófica. 4. Independência e imparcialidade como imperativos categóricos da garantia da ampla defesa e do contraditório. 5. Os desvios de imparcialidade. 6. A neutralidade como um mito necessário ao papel social do juiz. 7. Conclusão. 8. Referências bibliográficas	137
Da execução e das ações revisionais e de exoneração da pensão indenizatória. 1. Introdução. 2. Garantia para execução da		Ensaio sobre o Ministério Público do Trabalho como agente para o controle de políticas públicas: análise sumária da questão relativa ao amianto crisotila. 1. Introdução. 2. A Constituição Federal de 1988 como Carta Dirigente e a defesa dos princípios jus-trabalhistas. 3. O Ministério Público do Trabalho: a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis. 4. Anotações sobre o amianto crisotila e sua repercussão na saúde do trabalhador. 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas	155

Escolha de integrantes dos Tribunais Regionais pelo Presidente da República: extrapolação do sistema de <i>checks and balances</i>.	
1. Introdução. 2. Do problema trazido à discussão: o desequilíbrio de sistema de freios e contrapesos pela nomeação de Desembargadores Federais pelo Presidente da República. 3. O sistema constitucional de acesso de Desembargadores aos Tribunais Regionais no Brasil. 4. A independência do juiz como fator primordial de sua atuação e de sua credibilidade institucional. 4.1. Caso concreto: recusa da Presidente da República em nomear juiz integrante de lista tríplice pela terceira vez consecutiva. Excesso de atuação do Poder Executivo. 5. Demora na nomeação de juízes por parte do Presidente da República — menoscabo ao princípio da eficiência e violação da garantia fundamental de um julgamento célere. 6. O Conselho Nacional de Justiça enquanto expressão do sistema de freios e contrapesos. 6.1. O Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça e o desenvolvimento do Brasil. 7. Conclusão. 8. Referências bibliográficas	164

Processo eletrônico: é preciso virtualizar o virtual, elementos para uma teoria geral do processo eletrônico.	
1. Introdução. 2. Virtualização e digitalização: as categorias e os conceitos operacionais que norteiam esta exposição. 2.1. Necessidade de conceitos operacionais. 2.2. Gazzaniga, o cérebro e a virtualidade. 2.3. O significado de virtual em outras fontes. 2.4. Tentativa de síntese. 3. O juiz e a virtualização: máquinas triviais e não triviais. 4. A Lei n. 11.419, a ênfase para a digitalização e o esmaecimento da virtualização. 4.1. Muita digitalização. Zero de virtualização. 4.2. O parágrafo único desafiador. 5. O sistema processual eletrônico atual, suas peças digitais e suas limitações. Revisando e exemplificando. 5.1. Papel, <i>bits</i> , <i>bytes</i> e informação. 5.2. As peças monolíticas dos autos em papel continuam nos	

autos eletrônicos. E toda a lógica do sistema processual orienta-se por elas. 5.3. O juiz e o gerente: a fraqueza e o poder. 5.4. Virtualizar é introduzir inteligência no sistema processual. 6. Tamanho de uma peça processual: função de muitas variáveis. 6.1. Variáveis e elementos de uma petição inicial. 6.2. Variáveis subjetivas. 6.3. Variáveis objetivo-contextuais. 6.4. Variáveis tecnológicas. 6.5. Variáveis de conteúdo. 6.6. Variáveis estrutural-textuais. 7. Manejando as variáveis de uma peça processual: o editor de peça processual virtual. 8. Bases confiáveis: não volatilidade e persistência. 9. Bases confiáveis, não voláteis e persistentes, e a teoria sistêmica de Niklas Luhmann. 10. Considerações finais. 11. Referências bibliográficas	185
---	-----

Prorrogação da licença-maternidade: as limitações da Lei n. 11.770/08.	
1. Introdução. 2. Da proteção previdenciária e trabalhista à mulher. 2.1. Da maternidade: licença e salário. 2.1.1. Da licença-maternidade. 2.1.2. Do salário-maternidade. 3. Da Lei n. 11.770/08. 4. Conclusão. 5. Referências bibliográficas	208

Jurisprudência

Acórdãos de Tribunais Regionais do Trabalho

Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	227
Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	230
Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	233
Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	240
Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	246

Sentenças

Vara do Trabalho de Porto Alegre – RS	255
8ª Vara do Trabalho de Campinas – SP	271

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: **PETER FRITZ STROTBEK**

Capa: **FABIO GIGLIO**

Impressão: **HR GRÁFICA E EDITORA**

